

# 1. Democracia sem direitos

No outono de 1989, os cidadãos do “paraíso dos trabalhadores” na Alemanha Oriental tomaram as ruas de Leipzig e Dresden nas noites de segunda-feira para protestar contra o regime comunista. Seu principal bordão transmitia uma dignidade esperançosa: “*Wir sind das Volk*”, entoava a multidão. Nós — não a polícia secreta, não as elites do partido — somos o povo.<sup>1</sup>

Nos últimos três anos, os moradores de Leipzig e Dresden voltaram a ocupar as ruas. Quando a raiva contra as centenas de milhares de refugiados acolhidos pela Alemanha ao longo de 2015 entrou em ebulição, um movimento autointitulado “Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente” (ou PEGIDA) iniciou protestos contra Angela Merkel e as políticas de seu governo.<sup>2</sup>

Reunindo-se toda segunda-feira à noite no centro dessas mesmas cidades, o PEGIDA se apropriava com astúcia do legado da própria resistência popular. Os que se opunham a Merkel naquele momento, sugeriam eles, eram os herdeiros por direito das pessoas que se opuseram ao regime comunista um quarto de século antes. Assim, quando observei milhares de cidadãos enfurecidos

protestarem no centro de Dresden, a atmosfera palpável de contrarrevolução não deveria ter sido um choque para mim. Mas foi.

O repúdio à *Lügenpresse*, a “imprensa mentirosa”, é central na ideologia do movimento, e a maior parte dos manifestantes se recusou a falar comigo. Quando tentei tirar fotos, me empurraram para o lado, sem dizer uma palavra. “Estou aqui porque não tenho família”, contou-me o produtor de uma emissora de tv local, que posicionara a câmera longe da multidão. “Meus colegas que têm filhos se recusam a cobrir os protestos. O risco de apanhar é muito grande.”<sup>3</sup>

Mesmo assim, os temas mais caros ao PEGIDA — o ódio aos refugiados, a desconfiança dos Estados Unidos e a insistência na pureza étnica do povo alemão — eram manifestados livremente. Alguns levavam a bandeira preta, vermelha e dourada da República Federal, cujo padrão tricolor invoca os valores universais da Revolução Francesa. Mas a maioria preferia a assim chamada bandeira Wirmer, uma cruz contra um fundo vermelho, que se popularizou entre círculos de extrema direita por ser vista como símbolo das raízes nórdicas e das tradições cristãs do país.

O que a iconografia da resistência ficava devendo em sutileza, ela mais do que compensava em variedade: na multidão, avistei também bandeiras russas (“Putin pensa no povo dele primeiro”), bandeiras confederadas (“Eram rebeldes de verdade”) e uma solitária bandeira japonesa.

Esta última me deixou confuso. Não fiquei surpreso ao ver que aquela multidão admirava o regime autocrático de Putin ou o tratamento brutal que ele dava às minorias na Rússia. Pude entender por que os manifestantes que odiavam os Estados Unidos e tinham medo da diversidade étnica se identificavam com o Sul americano. Mas o que o Japão tinha a ver com a história?

Aproximei-me com certo nervosismo do sujeito que segurava o emblema, mas ele ficou radiante de poder me explicar seu

raciocínio. O Japão, disse, tinha o mesmo problema da Alemanha: o encolhimento da população. A Alemanha permitira a entrada de um monte de imigrantes na esperança de compensar a carência de mão de obra, em troca de uma contribuição para os sistemas de seguridade social. Mas tudo não passara de um grande erro. Os japoneses, que sempre se recusaram a abrir as portas para forasteiros, são bem mais inteligentes: “Melhor deixar a população encolher do que deixar um monte de estrangeiros entrar”.<sup>4</sup>

Os cartazes contavam uma história similar. Um declarava que Merkel e outros membros do governo são “inimigos do povo alemão” e que estão “travando uma guerra de aniquilação contra nós!”. “Ei, ianque”, dizia outro, “cai fora daqui e leva seus fantoches com você.” Uma terceira placa pareceu familiar no início, evocando as faixas de “BEM-VINDOS, REFUGIADOS” tão onipresentes alguns meses antes, quando voluntários alemães saudaram calorosamente os refugiados recém-chegados nas estações de trem em todo o país. Mostrava um cruzado a cavalo usando sua lança para repelir um casal de terroristas com kalashnikovs, o homem trajado à maneira tradicional e a mulher usando um *niqab*. Anunciava-se em letras garrafais: “ISLÂMICOS NÃO SÃO BEM-VINDOS”. “VOLTEM POR CONTA PRÓPRIA OU VÃO VOLTAR À FORÇA.” (Outros cartazes, indo por essa mesma linha, diziam “RAPEFUGEES NOT WELCOME” [Refugiados/estupradores não são bem-vindos] ou, simplesmente, “MAOMÉ NÃO É BEM-VINDO”).

Mas esse desfile do ódio não era a atração principal. O cerne emocional da manifestação — sua mensagem central e seu refrão insidioso — foi o entoar de um slogan que não mudara em um quarto de século. “*Wir sind das Volk*”, cantava a multidão, repetidamente, cada brado mais agressivo que o anterior. Nós — não esses estrangeiros que estão invadindo a Alemanha, não os políticos conspirando com eles — somos o povo.<sup>5</sup>

Nos meses subsequentes aos protestos, quando populistas autoritários arrebatavam os holofotes por toda a Europa e os Estados Unidos elegiam Donald Trump, minhas experiências naquela noite gelada não paravam de me voltar à mente. A energia raivosa que insuflava esses movimentos fora vista em tamanha proporção nas ruas de Dresden que não pude deixar de interpretar os acontecimentos de 2016 e 2017 à luz do que presenciei ali: o ódio aos imigrantes e às minorias étnicas; a desconfiança da imprensa e a disseminação de fake news; a convicção de que a maioria silenciosa finalmente encontrara sua voz; e, talvez mais do que qualquer outra coisa, o anseio por alguém que falasse em nome do povo.<sup>6</sup>

A rápida ascensão de déspotas afirmando serem os únicos a encarnar a vontade do povo é extraordinária, da perspectiva histórica. Como os cientistas políticos Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan observaram, durante grande parte do pós-guerra a estrutura partidária na maioria dos países da Europa Ocidental e da América do Norte parecia “congelada”.<sup>7</sup> Nas últimas décadas do século xx, os principais movimentos políticos representados nos parlamentos de Berna, Copenhague, Helsinque, Ottawa, Paris, Estocolmo e Washington mal se alteraram. Embora suas forças relativas mudassem a cada eleição, permitindo à centro-esquerda ganhar o governo após a centro-direita ter ficado no poder por um tempo, e vice-versa, o formato básico da estrutura partidária era notavelmente estável.<sup>8</sup>

Então, ao longo dos últimos vinte anos, o sistema partidário degelou rapidamente. Em um país após outro, os partidos políticos que haviam sido marginais ou inexistentes até poucos anos antes estabeleceram-se como presenças importantes da cena política.<sup>9</sup>

A primeira democracia de peso a passar por esse processo foi a Itália. No início da década de 1990, um escândalo de corrupção gigantesco pulverizou o sistema político. Partidos que haviam dominado a política italiana desde o fim da Segunda Guerra Mundial debandaram ou caíram no abismo eleitoral. A primeira pessoa a explorar o vácuo deixado foi Silvio Berlusconi, um empresário que, por sua vez, também enfrentava acusações de corrupção quando ingressou na política. Prometendo limpar o sistema e enriquecer o país, Berlusconi obteve uma vitória esmagadora. Nos anos seguintes, grande parte da energia de seu governo foi gasta lidando com as consequências de sua incessante torrente de gafes — e mantendo-o fora da prisão. E mesmo assim ele dominaria a política do país durante o próximo quarto de século.<sup>10</sup>

Na época, a Itália parecia uma anomalia. Nos últimos anos, quando novos políticos subiram ao poder e ganharam influência por toda a Europa, ficou óbvio que era tudo menos isso.

Na Grécia, o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), a maior parte da centro-esquerda e a Nova Democracia, principal partido de centro-direita, tradicionalmente dividiam o eleitorado entre si; mas em janeiro de 2015 a Coalizão da Esquerda Radical, ou Syriza, conquistou o poder sob a liderança de Alexis Tsipras, obtendo uma inesperada maioria.<sup>11</sup> Na Espanha, Pablo Iglesias, jovem professor de ciências políticas na Universidade Complutense de Madri que costumava dar cursos como “Cinema, identidades políticas e hegemonia”, fundou um movimento de protesto na esteira da crise financeira de 2008; nas eleições de 2015, o Podemos obteve 21% dos votos, tornando-se o terceiro maior partido da Espanha.<sup>12</sup> Mesmo na Itália, uma nova geração de populistas realizou a mesma proeza de transformação que a anterior: Beppe Grillo, um comediante popular, iniciou o Movimento Cinco Estrelas em 2009; no momento em que escrevo, está à frente de todos os demais partidos nas pesquisas.<sup>13</sup>

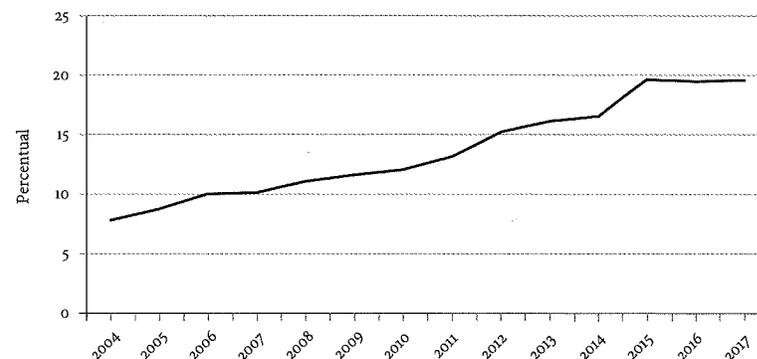
A ascensão dos partidos de extrema direita tem sido ainda mais incrível do que a de partidos de extrema esquerda como Syriza e Podemos. Na Suécia, o Partido Social-Democrata tem dominado a política há mais de um século, só ocasionalmente cedendo o governo a uma coalizão de centro-direita liderada pelo Partido Moderado; mas em anos recentes os Democratas Suecos, arrivistas políticos com raízes profundas no movimento neonazista, cresceram rapidamente, liderando algumas pesquisas e aparecendo em segundo em outras.<sup>14</sup> Na França, a Frente Nacional é uma antiga integrante do sistema político. Mas, após décadas em segundo plano, Jean-Marie Le Pen inesperadamente derrotou o candidato de centro-esquerda no primeiro turno da eleição presidencial de 2002, e pôde concorrer contra o presidente Jacques Chirac; em 2017, sua filha, Marine Le Pen, conseguiu feito similar, obtendo o dobro da votação recebida por ele.<sup>15</sup>

A mesma história vale para Áustria, Holanda, Finlândia e Alemanha: em todos esses países, populistas de extrema direita celebraram um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamar que estavam do lado do povo. De fato, a votação dos partidos populistas europeus de esquerda e de direita mais do que dobrou nas últimas décadas.<sup>16</sup>

Minha experiência em Dresden também reforçou minha convicção de que os termos usuais do debate sobre populismo estão equivocados.

Os defensores do populismo celebraram esses movimentos como um sinal de grande vitalidade de nosso sistema político. “O verdadeiro problema enfrentado pela democracia hoje”, escreve Astra Taylor em sua elegia “O ímpeto antidemocrático”, não é “o excesso, mas a falta de poder popular”.<sup>17</sup> “Antipopulismo”, repercutiu o sociólogo britânico Frank Furedi, “normalmente não passa de antidemocracia.”<sup>18</sup>

#### PARTIDOS POPULISTAS



Votação dos partidos antiestablishment na União Europeia (EU15).

Taylor e Furedi têm razão na medida em que os populistas normalmente expressam a voz do povo de maneira genuína. Mas deixam de apreciar — ou de mencionar — como grande parte da energia por trás da ascensão populista é profundamente iliberal: quando manifestantes em Dresden escreveram que “Maomé não é bem-vindo” ou cantaram “Nós somos o povo”, representaram um desafio mais fundamental ao respeito pelos direitos humanos do que gente como Taylor e Furedi gostam de admitir.

Embora haja um elemento genuinamente democrático no populismo, ele também é, no longo prazo, muito mais desfavorável à vontade popular do que alegam seus defensores. Como sabe muito bem quem quer que já tenha estudado a Turquia, a Rússia ou a Venezuela, a ascensão dos déspotas liberais pode muitas vezes ser o prelúdio de um governo autocrático: depois que a mídia foi amordaçada e as instituições independentes foram abolidas, é fácil para os governantes liberais fazer a transição do populismo para a ditadura.

Seria, portanto, tentador concluir que esses novos movimentos são, afinal de contas, diametralmente opostos à democra-

cia. “O populismo”, sustenta Ivan Krastev, expressando um consenso crescente, “não é só antiliberal, é antidemocrático — a sombra permanente da política representativa.”<sup>19</sup>

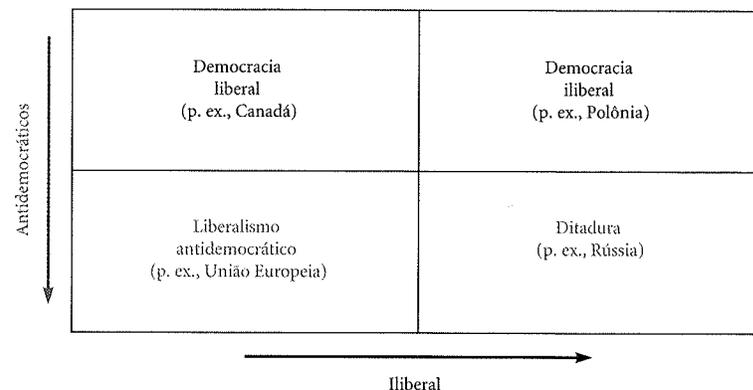
Só que isso também mais obscurece que revela. Pois dizer apenas que a nova safra de populistas é antidemocrática não capta seus traços distintivos nem tampouco a razão de seu sucesso: movimentos de extrema direita mais antigos glorificavam abertamente o fascismo e defendiam abolir a democracia; o PEGIDA e Trump, por outro lado, veem as eleições como uma oportunidade para as pessoas comuns fazerem valer sua voz. Longe de querer abolir a democracia, eles estão impacientes para ver a vontade popular remodelar o país à sua imagem.

É por isso que a única maneira de compreender esses movimentos novos é distinguir entre sua natureza e seu efeito provável. Para entender a *natureza* do populismo, devemos admitir que ele é tanto democrático como iliberal — que ele busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais. E para compreender seu *efeito* provável, devemos ter em mente que essas instituições liberais são, a longo prazo, necessárias para a sobrevivência da democracia: depois que os líderes populistas se livrarem dos obstáculos liberais que impedem a expressão da vontade popular, fica muito fácil para eles dar as costas ao povo, quando as prioridades deste começarem a entrar em conflito com as suas.

A POLÍTICA É SIMPLES (E QUEM DIZ QUE NÃO É MENTIROSO)

Nas últimas décadas, o PIB global cresceu rapidamente. Um bilhão de pessoas saiu da pobreza. Os índices de alfabetização nunca estiveram tão altos, enquanto a mortalidade infantil caiu.

#### DEMOCRACIA SEM DIREITOS



Considerando o mundo como um todo, a desigualdade de renda encolheu.<sup>20</sup>

Mas muitas dessas melhorias se concentraram nos países em rápido desenvolvimento, como a China. Nas economias desenvolvidas, o crescimento do PIB foi um pouco mais lento. E em grande parte do Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, a parte do leão desse crescimento foi para uma pequena fatia da elite. Consequentemente, uma grande parcela da classe média em redutos tradicionais da democracia liberal não consegue sair do lugar. E, embora a desigualdade global tenha diminuído porque os países pobres têm crescido muito mais rápido do que os ricos, a desigualdade em praticamente todas as sociedades — tanto as economias mais estagnadas do Ocidente afluente como as economias mais dinâmicas do Sul mundial — aumentou de forma visível.<sup>21</sup>

Os motivos para esses desdobramentos são muitos. Temos a globalização. Temos a automação. Temos a mudança da manufatura para os serviços. Temos o crescimento da economia digital, que possibilita imensas economias de escala, canalizando vastas

fortunas para poucas empresas e seus trabalhadores mais especializados, ao mesmo tempo oferecendo pouca coisa para todos os demais.

Nenhuma dessas mudanças está fora da alçada da política. Mesmo hoje, medidas corretas podem ajudar a redistribuir a riqueza e a incrementar o padrão de vida dos cidadãos comuns. Mas as políticas públicas necessárias para fazer isso estão longe de ser simples ou imediatas e, com grande frequência, são impopulares. Assim, não surpreende que os políticos encontrem cada vez mais dificuldade para vender a ideia de que as coisas são complicadas.

A campanha de Hillary Clinton, amplamente tida como desprovida de visão por ambos os lados do espectro político, é um exemplo eloquente. À esquerda, Bill de Blasio, prefeito de Nova York, lamentou ter ficado “esperando para escutar o ponto de vista [de Hillary]”.<sup>22</sup> À direita, Kevin Williamson escreveu que “sabemos o que ela quer ser, mas não o que ela quer fazer”.<sup>23</sup> As duas acusações colaram porque soavam verdadeiras. Muitos eleitores realmente sentiram que Clinton estava mais interessada em chegar à Casa Branca do que em seguir qualquer agenda particular quando chegasse lá. Na maior parte do tempo, me senti assim também. E no entanto sei que ela tem um longo histórico de serviços públicos honestos e concorreu com uma plataforma de propostas de políticas públicas que teriam feito diferença significativa em questões tão variadas quando a educação pré-escolar e a luta contra o Alzheimer.<sup>24</sup>

Donald Trump, por outro lado, tem um longo histórico de engambelar as pessoas, dos alunos da “Universidade Trump” aos inúmeros empreiteiros contratados por ele que jamais receberam pelos serviços prestados.<sup>25</sup> A maior parte das políticas que ele defendeu nunca funcionaria. Ele se cacifou com a raiva do público em relação à imigração, prometendo construir um muro na fronteira com o México. E se cacifou com a angústia das cidades in-

dustriais decadentes, prometendo elevar as tarifas das importações chinesas. Os especialistas não pararam de repetir que o muro com o México não deteria a vasta maioria dos imigrantes ilegais, que simplesmente continuam no país após o visto expirar, e que uma guerra comercial com a China não traria de volta a vasta maioria dos empregos na manufatura, uma vez que eles haviam sido perdidos para robôs, não para a competição internacional.<sup>26</sup> E mesmo assim milhões de eleitores viram a simplicidade das propostas de Trump como uma marca de sua autenticidade e determinação, e a complexidade das propostas de Clinton como uma marca de sua insinceridade e indiferença.

É precisamente por isso que soluções fáceis, superficiais, ocupam o coração do apelo populista. Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples. É por isso que os populistas — Narendra Modi, na Índia, Recep Tayyip Erdoğan, na Turquia, Viktor Orbán, na Hungria, Jarosław Kaczyński, na Polônia, Marine Le Pen, na França, Beppe Grillo, na Itália — soam surpreendentemente parecidos entre si, a despeito de suas consideráveis diferenças ideológicas.<sup>27</sup>

A prontidão dos líderes populistas para oferecer soluções tão simples que nunca funcionariam é muito perigosa. Uma vez no poder, suas políticas tendem a exacerbar justamente os problemas que haviam suscitado a indignação pública e levado à sua eleição. Seria tentador presumir que os eleitores, devidamente punidos pelo caos subsequente, voltariam a depositar confiança nos políticos de sempre. Mas o sofrimento adicional costuma os

deixar num estado de espírito ainda mais amargo e inquieto. E, como mostra a história de muitos países na América Latina, quando um populista fracassa, os eleitores podem tanto se voltar a outro populista — ou a um rematado ditador — quanto devolver as antigas elites ao poder.<sup>28</sup>

Nesse interim, o pendor populista para a simplicidade também gera outro perigo mais imediato. Porque, se as soluções para os problemas do mundo são tão óbvias quanto dizem, as elites políticas devem estar deixando de implementá-las por um motivo ou outro: ou são corruptas ou estão trabalhando secretamente em prol de interesses externos.

Na maior parte das vezes os populistas fazem as duas acusações.

A acusação de que a verdadeira motivação de Clinton era ganhar todo dinheiro que pudesse foi tema constante da campanha de Trump: “Hillary Clinton faz parte do sistema, ela briga só pelos doadores de campanha dela e pelos amigos que tem no governo. Eu sou o azarão e vou brigar por vocês”, disse Trump. “É só seguir o dinheiro...”, acrescentou, ao seu estilo ominoso.<sup>29</sup>

Embora algumas acusações feitas por Trump fossem absurdas, não eram muito diferentes da maneira como populistas de outros países por muito tempo atacaram os políticos tradicionais. Na Polônia, por exemplo, Jarosław Kaczyński, num estilo mais refinado, afirmou que os políticos que haviam conduzido o país foram “cooptados pela esfera dos socialmente privilegiados” e, por conseguinte, não tinham o menor interesse em “mudar a hierarquia social”.<sup>30</sup> Enquanto isso, na França, Marine Le Pen ficou marcada por seu apoio crescente a uma rebelião contra uma “oligarquia da UE” voltada para seus próprios interesses.<sup>31</sup>

Populistas de esquerda rezam a mesma cartilha. Na Itália, por exemplo, Grillo adora malhar a “casta política”, uma rede de elites que funciona apenas em prol de si mesma.<sup>32</sup> Na Espanha,

Iglesias usou retórica similar depois que o Podemos conquistou uma parcela recorde do voto nas eleições europeias de 2014: “Os partidos da casta política sofreram um golpe duro. Mas ainda não cumprimos nossa meta eleitoral. Amanhã o governo da casta política ainda estará no poder”.<sup>33</sup>

O dinheiro que (supostamente) é a grande prioridade dos políticos do establishment precisa vir de algum lugar, claro, e desse modo a acusação de que entraram nessa pensando em si mesmos rapidamente se transforma na acusação de serem fantoches dos grandes negócios. Na eleição americana, os valores elevados que o Goldman Sachs pagou a Hillary Clinton por suas palestras deu corpo a essa narrativa, e Trump explorou o fato como pôde: o banco, alegou, tinha “controle total, total... sobre Hillary Clinton”.<sup>34</sup>

Mas a maioria dos populistas leva um passo adiante a acusação de que os líderes dos velhos partidos são traidores. Eles não afirmam meramente que os membros da casta política entraram nessa por interesse próprio ou que estão no bolso de grupos de pressão. Antes, alegam que eles nutrem particular lealdade a esses inimigos do povo, e estão mais interessados em promover o bem-estar das minorias étnicas ou religiosas impopulares do que no destino da maioria.

Donald Trump é, de novo, provavelmente o caso mais puro à nossa disposição. Sua primeira investida real na política foi alegar que Barack Obama falsificara a certidão de nascimento, não era americano de verdade e talvez fosse até um muçulmano disfarçado. No desenrolar da campanha, repetiu variações da acusação diversas vezes — de chamar Obama de “fundador do Estado Islâmico” a fazer aspas no ar ao se referir a seu título de presidente.<sup>35</sup> O fato de Clinton não ter um nome incomum como Obama, ou de não vir de nenhuma minoria étnica ou religiosa, não impe-

diu Trump de inventar acusações similares: ele chamou Clinton de “cofundadora” do Estado Islâmico e exigiu que fosse “presa” por manter um servidor de e-mail privado quando secretária de Estado.<sup>36</sup>

O tipo de deslealdade dos quais políticos do establishment são acusados varia de país para país. Mas, enquanto os populistas moldam a identidade da maioria traída e da minoria desprezada às necessidades de seus contextos locais, a estrutura retórica básica é notavelmente semelhante no mundo todo.

Assim, na Índia, Modi afirma que seus adversários são inimigos dos hindus e contribui para criar um ambiente em que estudiosos considerados críticos do hinduísmo linha-dura “recebem ameaças de morte e depois são assassinados”.<sup>37</sup> Na Turquia, Erdoğan usou o golpe para rotular qualquer opositor de seu governo como defensor do terrorismo,<sup>38</sup> prendendo acadêmicos e jornalistas aos montes.<sup>39</sup> E na França, na Alemanha e na Itália, líderes populistas como Marine Le Pen, Alice Weidel e Matteo Salvini afirmam que os políticos do establishment odeiam a maioria branca e cristã. Nas palavras de Marion Maréchal-Le Pen, sobrinha de Marine e ex-parlamentar francesa, “temos de acabar com o islamismo ou ele vai acabar conosco. [...] Quem defende o statu quo vira cúmplice dos nossos inimigos”.<sup>40</sup>

#### EU SOU SUA VOZ (E OS OUTROS SÃO UNS TRAIADORES)

Os principais problemas políticos do momento, afirmam os populistas, podem ser facilmente resolvidos. Só é preciso bom senso. Se as empresas transferem empregos para o exterior, você deve proibir outros países de vender produtos para o seu. Se os imigrantes estão invadindo o país, você deve construir um muro. E, se você é atacado por terroristas em nome do islã, deve banir os muçulmanos.

Se os políticos comuns estão deixando de tomar essas medidas sensatas, a explicação parece ser igualmente simples. Estão mais preocupados consigo mesmos. Têm o rabo preso com grupos de pressão e minorias étnicas. São politicamente corretos. Incompetentes. Inúteis.

Assim, o que precisa acontecer é óbvio. Para a crise ser resolvida — para os problemas sumirem, para a economia prosperar, para o país se tornar grande (outra vez) —, precisamos apenas que um leal porta-voz do povo assuma o poder, derrote os traidores e implemente soluções sensatas.

Esse porta-voz é o populista — e ele não se cansa de repetir isso.

Não é de admirar, assim, que o discurso de Trump na Convenção Nacional do Partido Republicano tenha batido inúmeras vezes nessa tecla. “Os grandes negócios, a mídia de elite e doadores gigantes estão por trás da campanha da minha adversária porque eles sabem que ela vai manter esse sistema corrupto que está aí”, disse ele no começo do discurso. “Estão dando um monte de dinheiro pra ela porque eles têm controle total de tudo que ela faz. Ela é a marionete deles, eles puxam as cordinhas.”<sup>41</sup>

Mas as coisas não precisam ser tão ruins assim. “Os problemas que enfrentamos hoje — pobreza e violência no país, guerra e destruição no exterior — vão durar apenas enquanto continuarmos a confiar nesses mesmos políticos que os criaram”, prometeu. Para recomeçar do zero, “uma mudança de liderança se faz necessária”. Essa liderança, garantiu Trump, enfim priorizaria o americano comum: “A diferença mais importante entre nosso plano e o de nossa adversária é que nosso plano vai pôr a América em primeiro lugar. Americanismo, não globalismo, vai ser nosso credo”.<sup>42</sup>

Tendo desse modo preparado o público, Trump pôde em seguida lançar sua mensagem principal, que voltaria como um estribilho ao longo de sua fala. Por tempo demais os homens e as

mulheres comuns haviam sido esquecidos. Eles “não tinham mais voz”. Mas, afirmou Trump, ele mudaria isso: “EU SOU SUA VOZ”.<sup>43</sup>

Essa promessa virou o refrão central do discurso. E embora tenha sido amplamente ridicularizada nos dias seguintes, foi uma brilhante destilação da promessa fundamental que os populistas pelo mundo afora fizeram a seus eleitores o tempo todo: Marine Le Pen conduziu sua campanha presidencial de 2017 “*au nom du peuple*”, em nome do povo. “Somos o povo”, disse certa vez Erdoğan a seus adversários. “Quem são vocês?”, perguntou Norbert Hofer, líder do Partido da Liberdade da Áustria, evocando o mesmo sentimento em um recente discurso de campanha. “Vocês têm a alta sociedade por trás”, disse. “Eu tenho o povo comigo.”<sup>44</sup>

A promessa de dar livre expressão à voz do povo é a característica central do populismo.

O apelo ao povo é tão importante para quem ele exclui quanto para quem ele inclui. Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno — unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada — contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos mas não a outros. Estão, nas palavras precisas de Jan-Werner Müller, reivindicando um “monopólio moral da representação”.<sup>45</sup>

A história do monopólio moral da representação é tão longa quanto sangrenta. Durante a Revolução Francesa, Maximilien de Robespierre chegou ao poder opondo-se à pretensão da monarquia de personificar a nação — mas não demorou a afirmar que ele próprio era o único a manifestar de fato a vontade popular.

Em 1914, ainda pensando em si como um socialista em luta contra a opressão de seu povo pela classe capitalista, Benito Mussolini fundou um jornal chamado *Il Popolo d'Italia*.<sup>46</sup>

Essa mesma jogada retórica também esteve claramente em ação na história americana recente. Era o que Sarah Palin fazia quando alegou que “o melhor da América está na cidade pequena [...] e nesses pequenos bolsões maravilhosos que eu chamo de a verdadeira América”, opondo implicitamente as “áreas pró-América desta grande nação” às que são, por implicação lógica, “anti-América”.<sup>47</sup> Foi isso que Glenn Beck fez quando escreveu um livro intitulado *A América real: Mensagens do coração e do coração do país*.<sup>48</sup> E certamente foi isso que Donald Trump expressou com a estupidez de costume quando disse que “a única coisa importante é a unificação do povo, porque os outros não significam nada”.<sup>49</sup>

Quando os populistas estão concorrendo ao governo, dirigem sua ira antes de mais nada contra grupos étnicos ou religiosos que não consideram parte do povo “real”. Depois que chegam ao governo, dirigem sua ira cada vez mais contra um segundo alvo: todas as instituições, formais ou informais, que ousam contestar sua reivindicação ao monopólio moral da representação.

Nas fases iniciais, a guerra às instituições independentes assume com frequência a forma de incitação à desconfiança, ou mesmo ao puro ódio, contra a liberdade de imprensa.

Veículos críticos cobrem os protestos contra o líder populista. Eles noticiam os fracassos de seu governo e dão voz a seus opositores proeminentes. Escrevem matérias solidárias a suas vítimas. Ao fazê-lo, desafiam a ilusão de consenso, mostrando a um público amplo que o populista está mentindo quando afirma falar por todo o povo.

É o que torna a imprensa tão perigosa para o governo populista. E é também o motivo para a maioria dos populistas tomarem medidas severas contra jornalistas independentes e construir uma rede de veículos de mídia leais que celebre todas as suas medidas.

Na primeira coletiva de imprensa de Trump como presidente eleito dos Estados Unidos, ele chamou a CNN de “fake news”, referiu-se ao BuzzFeed como “um monte de lixo”, exclamou “essa é outra”, sobre a BBC, e acusou a imprensa como um todo de “desonesto”.<sup>50</sup> Em seu primeiro dia efetivo no gabinete, mandou a porta-voz fazer uma série de pronunciamentos falsos sobre “as reportagens deliberadamente falsas” da imprensa.<sup>51</sup> Durante os primeiros meses de mandato, se aperfeiçoou excluindo jornais importantes de um briefing na Casa Branca e rotulando veículos de comunicação, do *New York Times* à CNN, de “inimigos do povo americano”.<sup>52</sup>

Trump também está criando sua própria contraprogramação. Ele tem uma relação muito íntima com a Fox News. Costuma conceder credenciais de imprensa a sites alternativos que apoiam acriticamente sua agenda. E até lançou um programa de notícias regular em sua página no Facebook, oferecendo a seus admiradores relatos entusiasmados de suas supostas realizações.<sup>53</sup>

Populistas europeus, à esquerda e à direita, comportam-se de maneira similar. Na Polônia, o governo de extrema direita de Kaczyński assumiu o controle da emissora estatal e tentou barrar a entrada de repórteres independentes no Parlamento.<sup>54</sup> Na Grécia, o governo de extrema esquerda de Tsipras deu ao Estado o poder de decidir quem pode ir ao ar, limitando o número total de concessões de TV e chegando a fechar uma revista que ousou criticar o secretário de exterior.<sup>55</sup> Há grande risco de que Beppe Grillo, um homem que já prometeu acabar com o que chama de controle político da mídia italiana, siga por esse mesmo caminho, se eleito.<sup>56</sup>

\* \* \*

Ataques contra a liberdade de imprensa são apenas o primeiro passo. No passo seguinte, a guerra contra as instituições independentes frequentemente mira fundações, sindicatos de trabalhadores, think tanks, associações religiosas e outras organizações não governamentais.

Os populistas percebem como instituições intermediárias com direito legítimo de representar as opiniões e os interesses de amplos segmentos da sociedade são perigosas para a ficção de que eles, e apenas eles, são o porta-voz exclusivo do povo. Desse modo, trabalham com afinco para desacreditar tais instituições como instrumentos das velhas elites ou dos interesses externos. Quando isso não é suficiente, introduzem leis limitando financiamento do exterior ou usam a capacidade regulatória do Estado para impedir que operem.

Mas a ira suprema e os ataques mais impiedosos ficam em geral reservados a instituições estatais que não estão sob influência direta do governo populista. Quando as estações de rádio ou TV públicas se recusam a transmitir propaganda do governo; quando as sentinelas da ética criticam o governo; quando comissões eleitorais independentes tentam assegurar eleições livres e justas; quando os militares se recusam a cumprir ordens ilegais; quando os parlamentares ousam utilizar o legislativo como base para fazer oposição; ou quando o tribunal mais elevado do país julga as ações dos populistas inconstitucionais, essas instituições cruciais primeiro são maculadas com insinuações de traição — para depois serem “reformadas” ou abolidas.

Na Hungria, por exemplo, Orbán tem sistematicamente ocupado as instituições burocráticas antes imparciais com uma equipe leal a ele e minado a independência do judiciário. Na Venezuela, Hugo Chávez reescreveu a Constituição assim que subiu

ao poder, dando caráter efetivamente político às principais instituições do país.<sup>57</sup>

A mesma tática está cada vez mais em evidência até na Europa Ocidental e na América do Norte. No Reino Unido, por exemplo, há uma longa tradição de deferência ao judiciário. Mas, quando um tribunal determinou que a primeira-ministra Theresa May precisava da aprovação do Parlamento para precipitar a saída do Reino Unido da União Europeia, os ataques ao judiciário assumiram uma virulência sem precedentes. Mostrando a foto dos três juízes que haviam tomado a decisão, num estilo visual estranhamente reminescente dos ataques contra o judiciário alemão na década de 1930, o *Daily Telegraph* esbravejou contra o modo como o veredicto em tese subvertia a vontade do povo. O *Daily Mail* foi um passo além: estampando uma foto parecida, com manchete ainda maior, tachava os juízes de “INIMIGOS DO POVO”.<sup>58</sup>

Isso capta com perfeição a lógica que está em andamento quando o populismo se volta contra as instituições independentes. Diante da pretensão populista de ser a única representante da vontade popular, a política logo se torna uma luta existencial entre o povo real e seus inimigos. Por esse motivo, populistas tanto à esquerda como à direita tendem a se tornar cada vez mais iliberais à medida que seu poder aumenta. Com o tempo, passam a considerar toda voz dissonante como traição e concluem que qualquer instituição que fique em seu caminho é uma deturpação ilegítima da vontade do povo. Ambas precisam ser erradicadas. Resta apenas o capricho do populista.

#### O POVO DECIDE (FAZER O QUE BEM ENTENDER)

Ali Erdoğan, presidente da pequena comunidade turca em Wangen bei Olten, tinha um grande sonho. Um dia, esperava, um

modesto minarete azul e dourado — com seis metros de altura — adornaria seu centro cultural, no norte da Suíça.

Após anos de luta, ele conseguiu levantar a verba necessária e requereu um alvará de construção. Mas os moradores locais se mobilizaram rapidamente para frustrar seus planos. Alguns alegavam que o minarete bloquearia a vista. Outros temiam que a identidade cultural da cidade pudesse ser ameaçada por um símbolo islâmico tão chamativo. E outros foram ainda mais diretos: Wangen bei Olten não era lugar de minarettes, disseram, muito menos dos imigrantes que queriam construí-los. A Comissão de Obras e Planejamento da cidade rejeitou o pedido por unanimidade.

Erdoğan não desistiu tão rápido e a controvérsia acabou por passar do processo político à justiça — como costuma acontecer hoje em dia. O Tribunal Administrativo do Cantão de Solothurn deu permissão para o minarete. Quando os moradores entraram com uma apelação, o Supremo Tribunal Federal manteve a decisão. O minarete enfim pôde ser construído.<sup>59</sup>

Mas essa pequena vitória para os direitos da comunidade turca em Wangen bei Olten logo virou uma grande derrota para os direitos das minorias religiosas por toda a Suíça. Furiosos com as decisões dos tribunais, uma coalizão de ativistas de extrema direita começou a coletar assinaturas para um referendo popular que proibisse por lei a construção de novos minarettes. “O povo disse que não queremos isso”, declarou Roland Kissling, líder local do Partido Popular Suíço. “Sou a favor de integrar imigrantes — mas essas pessoas simplesmente estão pedindo demais.”<sup>60</sup>

A maioria dos compatriotas de Kissling concordou. Em 29 de novembro de 2009, milhões de eleitores suíços votariam para cercar os direitos dos muçulmanos à liberdade religiosa. Líderes políticos, jornais tradicionais e observadores estrangeiros apelaram aos eleitores que respeitassem os direitos da maior minoria religiosa do país. Mas foi em vão. No fim, a proposta foi aceita

com 58% dos votos.<sup>61</sup> Depois do referendo, a Constituição suíça agora diz: “A liberdade de religião e de pensamento é garantida. [...] A construção de minaretes é proibida”.<sup>62</sup>

Ali Erdoğan realizou seu sonho. O referendo veio tarde demais para impedir seu minarete. Mas a torre modesta que hoje adorna uma construção prosaica na periferia de sua cidade foi a última coisa do tipo a ser construída na Suíça.

Nos dias que se seguiram ao referendo, comentaristas chocados do mundo todo chamaram o resultado de visivelmente antidemocrático.<sup>63</sup> Mas seu uso enganoso dessa palavra só mostra como é difícil falar sobre a atual crise com clareza quando atribuímos à democracia uma miríade de significados. Afinal, é mais difícil pensar em um modo direto de deixar que o povo governe do que deixar que vote em questões controversas.

É por isso que prefiro dizer que a polêmica dos minaretes exemplifica com perfeição o desmantelamento da democracia liberal em duas novas formas de regime: a democracia iliberal e o liberalismo antidemocrático.

De um lado da divisão, há as instituições burocráticas e tecnocráticas que preservam os direitos individuais: o Tribunal Administrativo do Cantão de Solothurn e o Supremo Tribunal Federal são compostos de juízes não eleitos. Ambos preservaram os direitos de liberdade religiosa para uma minoria impopular. Do outro, há as instituições democráticas que permitem ao povo expressar sua opinião: os membros eleitos da Comissão de Obras e Planejamento e o referendo que convocou todo cidadão legalmente adulto da Suíça a chegar a uma decisão final serviram para traduzir a opinião popular em políticas públicas.

Assim, o problema com o referendo suíço não é o fato de ser de algum modo antidemocrático; é que a democracia suíça cada vez mais tem voltado suas energias contra as normas liberais básicas.

Nisso a Suíça não está sozinha.<sup>64</sup>

Como não costumo ir a comícios de partidos da extrema direita, esperava que o evento de campanha da Alternativa para a Alemanha (AfD) pudesse ser, bem, exótico. Pelo contrário, trouxe-me na mesma hora lembranças da minha juventude. Cada detalhe parecia inspirado nas cidadezinhas alemãs provincianas onde morei durante boa parte da infância, entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 1990.

A convenção teve lugar numa desolada arena esportiva multieventos localizada num subúrbio de classe média de Offenburg — o tipo de bairro residencial onde as casas não são exatamente idênticas, mas têm paredes da mesma cor e telhados inclinados no mesmíssimo ângulo. Exceto pela previsível constatação de que tendia mais para o senil, o público também parecia ordinário; se um fabricante de produtos ortodônticos montasse um grupo de entrevista estranhamente numeroso, a atmosfera teria sido mais ou menos a mesma. Até os cartazes do partido pareciam ter um quê comercial. Ostentando azuis um pouco azuis demais e vermelhos um pouco vermelhos demais, me lembraram uma apresentação de PowerPoint, ou talvez um anúncio ruim do metrô.

Conhecida por sua perniciosa retórica contra imigrantes, Frauke Petry, na época líder da AfD, defendeu o uso de “provocações verbais” como estratégia de relações públicas nos e-mails internos.<sup>65</sup> Fiel à sua palavra, ela recentemente demandou que a polícia alemã evitasse, por quaisquer meios necessários, inclusive o uso de armas, travessias ilegais na fronteira.<sup>66</sup>

Quando subiu ao palanque em Offenburg, esses instintos iliberais ficaram totalmente à mostra.<sup>67</sup> A raiva contra os imigrantes era um pouco visceral demais, a insistência em sua incapacidade de se tornarem membros legítimos da nação alemã, um tanto estridente e incômoda. Muitas vezes acusada de incitar medos irra-

cionais, ela insistia que “o medo e a inveja são uma parte importante da política”. Os alemães, disse ela, sob estrondosas ovações, não deveriam mais ter receio de empregar termos historicamente carregados como “*Volk*” com orgulho.

No decorrer da noite, esses temas profundamente iliberais continuaram a vir à baila. Mas tão surpreendente quanto, e muito menos notado na mídia em geral, foi a ênfase que o partido pôs no aprofundamento da democracia durante todo o comício. Observando o ambiente, não fiquei surpreso em ver cartazes dizendo que “a imigração exige leis claras” ou que a Alemanha não deve ser a “fiadora do mundo”. Mas fiquei confuso ao ver outro cartaz mostrando uma bandeira suíça: “A Suíça é a favor de referendos”, dizia. “Nós também somos.”

Fazer a defesa da democracia direta, explicou Petry no começo de seu discurso, é uma preocupação central do partido — e sobre a qual nenhum jornalista jamais lhe perguntou nada. Quando a *Grundgesetz*, a Constituição alemã, foi aprovada em 1949, disse ela, prometia duas coisas: uma lei para eleger os parlamentares e outra para permitir aos cidadãos realizar plebiscitos nacionais. Mas, no fim, os políticos só aprovaram a lei para eleições do Bundestag e os cidadãos alemães continuam sem ter o direito de decidir questões prementes. “Por causa disso”, disse Petry a trezentos simpatizantes, a indignação crescendo em sua voz, “hoje vivemos numa semidemocracia.”

Os políticos tradicionais querem manter as coisas exatamente como estão. Segundo Petry, eles “estão vibrando por dentro com o fato de que a população ficou tão desencantada da política. Porque isso quer dizer que ninguém os impede de fazer o que querem”.<sup>68</sup> Mas, ao contrário do establishment político, seu partido é diferente. Ele é o único a favor de que o povo alemão decida seu próprio destino.

É aí que entra a pequena vizinha da Alemanha. A Suíça, disse

Petry, tem um sistema político maravilhoso exatamente porque confia em seus cidadãos para tomar decisões importantes. Já está mais do que na hora de a Alemanha fazer o mesmo.

Além da fronteira alemã, os plebiscitos já contam com um apelo inédito por motivos similares. O Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), Podemos, Cinco Estrelas e outros partidos pela Europa já pediram plebiscitos. Na Holanda, Geert Wilders apresentou suas promessas de campanha para as eleições parlamentares de 2017 em um manifesto amplamente condenado por seu extremismo. O segundo de seus onze pontos era espantosamente simples (e iliberal até a medula): proibir o Corão. Mas o terceiro ponto era, na aparência, democrático: ele queria introduzir referendos com poder de lei.<sup>69</sup>

É impossível compreender a ascensão do populismo sem tentar destrinchar os modos como arroga para si o manto da democracia.

Movimentos de extrema direita mais antigos sonhavam com a volta do passado fascista ou procuravam estabelecer um sistema hierárquico que transcendesse a democracia. Na França, o fundador da Frente Nacional, Jean-Marie Le Pen, defendeu o Regime de Vichy e chamou o Holocausto de um “detalhe da história”.<sup>70</sup> Na Alemanha, o Partido Nacional Democrático (NPD) glorificou nazistas de primeiro escalão como Rudolf Hess e lançou dúvida sobre a legitimidade da ordem constitucional do pós-guerra no país.<sup>71</sup>

Os sucessores desses movimentos, por outro lado, não se abstêm apenas da franca simpatia por um sistema mais autoritário; na maior parte do tempo, pintam a si mesmos como uma alternativa ao establishment oligárquico.

Na França, Marine Le Pen expulsou seu pai do partido quan-

do ele repetiu suas calúnias sobre o Holocausto e atualmente alega ser mais democrática que os partidos tradicionais.<sup>72</sup> Na Alemanha, a AfD está (ainda que a contragosto) no processo de expulsar Björn Höcke porque ele propôs “uma guinada de cento e oitenta graus na maneira como nos lembramos do passado”. O partido também aposta na tática de dizer que é o único defensor de um sistema verdadeiramente democrático: “Eles estão contra nós”, afirma um slogan, “porque nós estamos com vocês”.<sup>73</sup>

O vociferante comprometimento dos populistas com a democracia está sintetizado claramente no modo como comemoraram o resultado da eleição americana de 2016. Nas palavras de Viktor Orbán, a vitória de Trump assinalou a transição dos Estados Unidos de “não democracia liberal” para “democracia real”.<sup>74</sup>

Analistas importantes do populismo, como Jan-Werner Müller, se recusaram a admitir essa energia democrática. A expressão “democracia iliberal”, observa Müller, presta-se perfeitamente a esses regimes, reforçando “a imagem de tais líderes como opositores do liberalismo, ao mesmo tempo lhes permitindo continuar a se referir a suas atitudes como democráticas”. Mas, na verdade, afirma, governos iliberais são antidemocráticos em sua essência: “Se os partidos de oposição ficam impedidos de apresentar seus pontos de vista ao eleitorado e os jornalistas não ousam denunciar os erros do governo, as urnas já foram fraudadas”.<sup>75</sup>

Compartilho tanto da revolta de Müller contra o estrago já feito pelos populistas como de sua preocupação quanto ao perigo que eles ainda representam. Mas receio também que a recusa em admitir que haja algo democrático acerca da energia que os impele ao poder nos impeça, antes de mais nada, de compreender a natureza do apelo que exercem — e torne ainda mais difícil pensarmos em um modo cuidadoso e criativo de detê-los.

Mais do que desejar estabelecer um sistema político hierárquico que transcenda a democracia, como movimentos de extre-

ma direita mais antigos muitas vezes fizeram, os populistas de hoje alegam que estão procurando aprofundar os elementos democráticos de nosso atual sistema. Isso é importante.

Mas, mesmo nos casos em que os compromissos democráticos dos populistas são genuínos, eles ainda assim representam um perigo à democracia. Como Müller observa com acerto, suas predileções iliberais estão em profundo desacordo com a manutenção de instituições, como eleições livres e justas, que os impeçam de passar por cima da vontade popular uma vez que se tornem impopulares. Isso também é importante.

Os populistas afirmam ser a verdadeira voz do povo. Açam que toda resistência a seu governo é ilegítima. E desse modo, com triste frequência, costumam ceder à tentação de silenciar a oposição e destruir os centros de poder rivais. É impossível compreender sua natureza sem admitir a energia democrática que os move — e, contudo, também é impossível estimar o estrago que são capazes de causar sem admitir com que rapidez essa energia pode se voltar contra o povo. A menos que os defensores da democracia liberal consigam se erguer contra os populistas, a democracia iliberal sempre corre o risco de degradingolar numa perfeita ditadura.